



Índice

- 01** Usina de Marabá: perigo que se aproxima
- 02** CPT convida para seu IV Congresso Nacional
- 03** Chega ao Senado projeto que define marco legal da biodiversidade
- 04** 'Sabemos que 90% das doenças são psicossociais', diz médico venezuelano
- 05** Projeto restaura relíquias do acervo da Província Franciscana no Nordeste
- 06** Moradores recusam abrigo e voltam para casas atingidas por cheia, em RO
- 07** Comunidades ribeirinhas começam a receber atendimento jurídico e social; fila teve início às 5h
- 08** Chuvas aumentam níveis dos rios do Pantanal, alerta Embrapa em MS
- 09** Número de afetados pela cheia no AM sobe para 45 mil, diz Defesa Civil
- 10** Florianópolis: insegurança institucionalizada
- 11** Obras do terminal pesqueiro de SG começam em julho
- 12** Projeto de mineroduto da SAM é declaração de guerra dos chineses contra as comunidades tradicionais geraizeiras e quilombolas
- 13** A luta pela conservação das sementes crioulas e a segurança alimentar e nutricional do povo Apinajé
- 14** Educação tradicional Manoki



-
- 15** Sine vai emitir Carteira de Trabalho para ribeirinhos de MT
 - 16** Justiça questiona identidade quilombola
 - 17** Índigenas acusam Ufopa de quebrar acordo e querem nova avaliação do processo seletivo
 - 18** Adeus aos índios e à biodiversidade
 - 19** Governadora fala de desenvolvimento durante abertura do Ano Legislativo
 - 20** Conferência «Herança Indígena, sabedoria que atravessa o Atlântico» aceita propostas de comunicação
 - 21** Sai edital de consulta pública sobre poluição do Rio Gramame
 - 22** Projeto oferece serviços jurídicos e de saúde às comunidades ribeirinhas
 - 23** Projeto Ribeirinho Cidadão: Ribeirinhos de três municípios terão carteira de trabalho
 - 24** Codevasf faz diagnóstico de piscicultura em quase 5 mil tanques-rede
 - 25** DSEI Médio Rio Purus realiza II Oficina de Acolhimento
 - 26** Presidente da Feira Indígena reclama de descaso por parte do prefeito
 - 27** Jogos Mundiais Indígenas têm apoio de diplomatas brasileiros



Boletim de Notícias - Edição nº 31/2015

Brasília, 20 de fevereiro de 2015.

Usina de Marabá: perigo que se aproxima
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2015



MAB – O ano de 2015 começa com notícias que mexem com a tranquilidade da população região do Araguaia –Tocantins. A construção da Hidrelétrica de Marabá está prevista para iniciar em meados deste ano, segundo o Ministério de Minas e Energia, e será concluída até 2023. Há mais de seis anos o MAB vem alertando para que a população se organize para buscar seus direitos na possibilidade da construção da usina.

Se concretizado o Aproveitamento Hidrelétrico de Marabá (AHE) contará com potência média de 1.850 megawatts (MW), com energia firme de 1.020 (MW). Será localizado no município de Marabá (PA), entre as comunidades Vila Espírito Santo e Landy, que devem ser totalmente atingidas.

Segundo o Estudo de Impactos Ambientais e respectivo Relatório de Impactos Ambientais (EIA/RIMA) a área inundada será de 660 km², lago maior que o de Belo Monte, atingindo 12 municípios entre os Estados de Tocantins, Pará e Maranhão. Calcula-se que nesses três estados sejam atingidos 112 assentamentos.

CONT.



Segundo dados da empresa Diálogo AHE Marabá Comunicação e Informação, contratada pelas empresas Camargo Correa e Eletronorte para fazer comunicação social e divulgação de informação sobre a hidrelétrica, a quantidade da população que será expulsa pela barragem passa de 10 mil pessoas.

Com base nessas informações também se intensifica os trabalhos realizados pelo MAB nas comunidades atingidas, com formação da coordenação regional e formação dos grupos de bases nas comunidades. “Nosso o objetivo é que os atingidos estejam preparados para a luta dos seus direitos, inclusive o direito de dizer não a construção da barragem”, afirma Cristiano Medina, da coordenação do MAB. A grande preocupação dos atingidos é a possibilidade da perda da terra, do imóvel, da moradia, dos bens já constituídos a o longo de suas vidas já que no Brasil não tem se quer uma lei que ampare os direitos dos atingidos por barragens.

Nossos desafios

Os desafios passam pelo campo organizativo, luta pela regularização fundiária e a luta pela energia em muitas comunidades, como por exemplo no Projeto de Assentamento Prata em São João do Araguaia, que a mais de 15 anos é um projeto de assentamento e ainda não tem energia elétrica instalada. Outro caso semelhante é o da comunidade Bacurizinho também um Projeto de Assentamento, no município de São João do Araguaia, que não tem energia.

Outros problemas semelhantes são os da ocupação do Landy que a mais de 10 anos luta pela regularização fundiária, que se encontra parado no ITERPA (Instituto de Terras do Pará). Assim é o caso da Vila Apinajés, em São João do Araguaia, e Vila Espírito Santo, município de Marabá, que vem lutando através do MAB pela regularização fundiária das vilas.

Foto: Reprodução Canal 190.



Boletim de Notícias - Edição nº 31/2015

Brasília, 20 de fevereiro de 2015.

CPT convida para seu IV Congresso Nacional
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2015

CPT – Antônio Canuto, secretário da coordenação nacional da CPT e membro fundador da Pastoral, convida a todos e todas, camponeses, camponesas, comunidades tradicionais, movimentos sociais e agentes de pastoral para o IV Congresso Nacional da CPT, que será realizado de 12 a 17 de julho em Porto Velho (RO).

[Assista ao vídeo.](#)

Chega ao Senado projeto que define marco legal da biodiversidade

SÍTIO AGÊNCIA SENADO, 19.02.2015



Heberton Alves

Após ser aprovado na Câmara dos Deputados na última semana, o projeto de lei da biodiversidade já chegou ao Senado e aguarda leitura em Plenário para ser encaminhado às comissões. A proposta (PL 7.735/2014) simplifica as regras para pesquisa e exploração do patrimônio genético de plantas e animais nativos e para o uso dos conhecimentos indígenas ou tradicionais.

O objetivo é desafogar o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente que concentra os pedidos para que pesquisadores façam estudos com material genético nacional. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a importância da atualização da lei de acesso à biodiversidade e afirmou que o Senado terá todo cuidado em fazer uma legislação que preserve os direitos relativos à riqueza natural, que, ressaltou a senadora, não é apenas daquele que desenvolve a pesquisa, mas das comunidades tradicionais.

CONT.



— O Brasil é detentor da maior riqueza natural do planeta e tem que utilizar essa riqueza para desenvolver e gerar novos produtos tecnológicos — disse ela.

O senador Jorge Viana (PT-AC) afirmou que esse é um dos projetos mais importantes para o país e disse ter expectativa de que o Brasil tenha a biopirataria reduzida. Já o senador João Capiberibe (PSB-AP) ressaltou que o conhecimento tradicional constitui uma espécie de atalho científico e tecnológico.

— Não precisa você ficar ali investindo anos a fio com pesquisas infundáveis para chegar a um conhecimento que já existe — disse.

Acesso facilitado

Atualmente, o acesso ao patrimônio genético é regulado pela Medida Provisória 2.186-16/2001 e cabe ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) dar autorização prévia para o início das pesquisas por meio de processo que leva tempo e exige grande documentação do pesquisador.

Segundo o governo, que enviou o projeto ao Congresso, a regra atual dificulta a pesquisa e o aproveitamento do patrimônio genético, assim como a repartição dos benefícios de produtos originados deles, uma espécie de royalty.

Esse royalty será de 1% da receita líquida obtida com a exploração de produto acabado ou material reprodutivo (sementes ou sêmen, por exemplo) oriundos de acesso ao patrimônio genético.

Entretanto, se houver dificuldades de competitividade no setor de atuação, o governo poderá negociar uma redução para até 0,1%.

A repartição poderá ser também não monetária, por meio de ações de transferência de tecnologia: participação na pesquisa e desenvolvimento tecnológico, intercâmbio de informações, intercâmbio de recursos humanos e materiais entre instituições nacional e estrangeira de pesquisa, consolidação de infraestrutura de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico e estabelecimento de empreendimento conjunto de base tecnológica.

Nessa modalidade, o explorador do produto ou material poderá indicar o beneficiário.

Participação de indígenas e agricultores

Outra novidade do PL 7735/14 é a garantia de participação das populações indígenas e das comunidades e agricultores tradicionais na tomada de decisões, em âmbito nacional, sobre assuntos relacionados à conservação e ao uso sustentável de seus conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético.

CONT.



Embora o projeto estabeleça regras para o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento associado, fica de fora de qualquer tipo de cadastro ou autorização o intercâmbio e a difusão desse patrimônio ou desse conhecimento entre as populações indígenas, comunidades e agricultores tradicionais para seu próprio benefício.

Penalidades

O projeto estipula diversas penalidades para quem descumprir as regras, que vão desde advertência e multa (de R\$ 10 mil a R\$ 10 milhões para pessoa jurídica), até suspensão da venda do produto e interdição do estabelecimento.

De acordo com o texto, a suspensão será temporária até a regularização. A fiscalização será de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Comando da Marinha (plataforma continental).

Quando a situação envolver acesso em atividades agrícolas, a fiscalização caberá ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A proposta, da forma como foi aprovada pelos deputados, ainda anistia a empresas que foram multadas por pesquisar sem autorização.

Com informações da Agência Câmara.
Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado).



'Sabemos que 90% das doenças são psicossociais', diz médico venezuelano

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 19.02.2015

Juan Martin Esteves Guillen relata que logo depois que chegou à UBS Parque Bristol, a demanda por atendimento emergencial foi diminuindo na AMA anexa devido ao trabalho preventivo na atenção básica

por Cida de Oliveira, da RBA

São Paulo – Com 22 anos de experiência e três cursos de mestrado, inclusive em atenção básica, o médico cubano Rodolfo Garcia Baluja chegou ao Brasil em 24 de agosto de 2013, na primeira turma do programa Mais Médicos. Dois meses depois, com o colega Rolando Mustelier Viscay, com sete anos de profissão, ele chegou a Nossa Senhora das Dores, no agreste de Sergipe. Foram recepcionados em ato público, com a presença de autoridades, na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, no centro da cidade. O clima era de festa, com a participação de moradores.

Na ocasião, o prefeito Fernando Lima da Costa (PDT) chegou a dizer que a chegada dos dois médicos era a grande oportunidade de avançar na saúde pública, já que 80% das necessidades de saúde da população podem ser resolvidas no atendimento básico, ou seja, no próprio município.

Rodolfo seguiu então para o povoado de Gado Bravo Sul, a 20 quilômetros da sede do município, e ali passou a realizar ações voltadas à promoção da saúde de pessoas de todas as idades: atividade física, palestras sobre nutrição, planejamento familiar, saúde da gestante, apresentações em escolas para alunos e professores.

Até hoje, antes de iniciar as consultas na Unidade Básica de Saúde, coordena atividade física com idosos. O grupo que começou com dez pessoas já reúne 50. "Os problemas de saúde mais recorrentes são os relacionados ao trabalho. Lombalgia, dores musculares, exposição excessiva ao sol e parasitoses devido à falta de saneamento e má qualidade da água. Alcoolismo e doenças crônicas também são comuns, como diabetes e hipertensão", explicou o médico, em simpósio realizado pela Faculdade de Medicina da Unifesp no último dia 11, que contou com apoio da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), para discutir com estudantes, médicos, agentes comunitários de saúde, gestores municipais e usuários do sistema público os avanços, desafios e as perspectivas do Mais Médicos.

"São pessoas muito carentes. Não se alimentam bem; existe muita verminose. Agora, com o trabalho, estamos conseguindo mudar os hábitos de higiene pessoal e estimular uma alimentação saudável", comentou o cubano. "É uma população carente de água. Eu falo da origem da água e explico que tudo tem que estar bem limpo, tem que saber se a água é boa.

CONT.



Como tem muito verme aqui, não adianta apenas tratar as pessoas para depois elas contraírem de novo a enfermidade pela água. Estamos trabalhando muito com essa questão da educação”, diz Rodolfo.

Necessidades

O venezuelano Juan Martin Esteves Guillen, que chegou na segunda turma dos médicos estrangeiros, em dezembro de 2013, conta que foi recebido com muito carinho e alegria, o que aumentou sua responsabilidade. "Nosso sistema de saúde, na Venezuela, é diferente. Mas as necessidades da população, de ser acolhido, ser cuidado, é sempre a mesma em todo o mundo."

Ele relata que logo depois que chegou à UBS Parque Bristol, Sacomã, bairro da zona sul da capital paulista, a demanda por atendimento emergencial foi diminuindo na AMA anexa devido ao trabalho na área de atenção básica, preventivo. "Não é só clínico, é também social. Sabemos que 90% das doenças são psicossociais, com inúmeras determinantes sociais. Em vez de cura e reabilitação, podemos prevenir. E isso eu tenho aprendido aqui", diz.

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) do Parque do Xingu se estende pelo nordeste de Mato Grosso, nos municípios de Peixoto Azevedo, Marcelândia, São José do Xingu, São Félix do Araguaia, Querência, Feliz Natal, Gaúcha do Norte, Paranatinga e Canarana. Ali o cubano Ariel Navarro, com outros cinco cubanos, percorre aldeias fazendo palestras sobre saúde com a ajuda de agentes comunitários indígenas, imprescindíveis na comunicação.

"As doenças que mais afetam os indígenas são as verminoses, diarreia. Precisamos ensinar hábitos de higiene. Visitamos as aldeias, fazemos em média um parto por mês porque as mães não querem ir à cidade. A distância é um desafio", diz Ariel, que considera um grande avanço a recente inclusão do indígena no sistema de saúde. O médico já atuou na África, na Bolívia e está agora no Xingu.

Há 34 territórios semelhantes em todo o país. De acordo com a Universidade Federal de São Paulo, que coordena projetos nessas regiões, durante muito tempo não havia médicos mesmo com a disponibilidade de recursos financeiros. Contratados com salários acima da média, os profissionais ficavam por pouco tempo.

Na região rural de Corumbá (MT), a 70 quilômetros da sede do município, a cobertura da atenção básica era menor de 50% antes da chegada dos médicos cubanos, conforme a Secretaria Municipal de Saúde. O índice ultrapassou 70%. O médico que ia ao centro de saúde uma a duas vezes por semana, somente para consultas agendadas, hoje está à disposição da população a semana toda. Ao todo, são 25 profissionais em todo o município.

"Nosso projeto é criar vínculos entre a equipe de saúde e a comunidade. Deixamos os consultórios e vamos à casa das pessoas, em consultas agendadas pelos agentes. Vemos as

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 31/2015

Brasília, 20 de fevereiro de 2015.

necessidades de cada família, as dificuldades até para ler um receituário", diz o Macedônio Yony Garay Rueda. "Agora, o médico não vai mais embora. Ele fica na comunidade."

Projeto restaura relíquias do acervo da Província Franciscana no Nordeste
SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19.02.2015

A ação começou em julho de 2014 e tem previsão de término em maio deste ano. Até agora, foram identificados itens como livros, manuscritos, fotos e discos.



Fotografias feitas por franciscanos durante a catequese de índios brasileiros em missões pelo Brasil foram encontradas em igrejas e conventos. Crédito: Annaclarice Almeida/DP/D.A Press

Isabelle Barros

Um acervo com milhares de fotografias, documentos e obras de arte estava esquecido por décadas e espalhado por igrejas, conventos, casas religiosas e escolas dirigidos pela ordem franciscana no Nordeste. Agora, esse material, que revela não apenas da memória dos religiosos, mas traça também um panorama da história brasileira visto pelas mãos da Igreja, sai da poeira e começa a ser levada ao conhecimento de um público maior.

O patrimônio passa por um processo de higienização, organização, catalogação e início de restauro, a partir do projeto Resgate documental da Província Franciscana de Santo Antônio do

CONT.



Nordeste do Brasil, patrocinado com aproximadamente R\$ 640 mil pela Petrobras. A segunda etapa, ainda sem data e fonte de recursos definidos, prevê a continuação da reconstituição.

A ação começou em julho de 2014 e tem previsão de término em maio deste ano. Até agora, foram identificados itens como livros, manuscritos, fotos e discos. "Ninguém sabia desses documentos, a não ser os próprios franciscanos, e nem eles mesmos tinham a noção exata da extensão desse material", afirma Débora Mendes, coordenadora da iniciativa e especialista em conservação e restauro. Entre os profissionais que participam do projeto, estão historiadores, restauradores, técnicos em restauro, fotógrafos, arquivistas, bibliotecários e paleógrafos, dedicados a decifrar escritas antigas.

Durante quatro anos, o frei Roberto Soares de Oliveira, coordenador de patrimônio da Província Franciscana, percorreu sete estados do Nordeste, exceto o Piauí e o Maranhão, para coletar o material, muitas vezes, em condições de conservação aquém da ideal. Há, ainda, objetos de conventos de duas cidades alemãs: Bardel e Mettingen. O acervo foi levado para um prédio no bairro de Santo Antônio, no Recife, e está sendo separado em seis salas. "Pernambuco foi a porta de entrada dos franciscanos no Brasil e foi a partir do Nordeste que a ordem se expandiu. A construção do Convento de São Francisco, em Olinda, data de 1585. A atividade da ordem, tradicionalmente, abrange também os campos social e cultural, além do religioso", afirma o frei.

Após o término da revitalização, em maio, a ideia é fazer uma exposição e exibir um documentário sobre o processo. O material higienizado e catalogado será acessível para pesquisadores, com um banco de dados específico para eles. "Pessoas de outros estados já começaram a nos procurar, mas esse é um acervo eclesiástico e existem algumas especificidades nisso. Pretendemos que os pesquisadores interessados em explorar o arquivo tenham uma conversa inicial conosco. Para manter essa estrutura toda, pensamos em alternativas, como cobrar uma taxa para a manutenção do local", afirma Débora Mendes.

Destaques

Bula papal

Entre os documentos guardados pela Província de Santo Antônio do Brasil, estão papéis e cadernos relacionados ao funcionamento da ordem franciscana, muitos deles manuscritos. O item mais antigo do acervo é uma bula papal de 1567, feita em pergaminho.

Fotografias

Os franciscanos fotografam desde o século 19. Durante as missões no interior do Brasil, usavam as máquinas para registrar a catequização e a paisagem humana dos locais onde trabalhavam. Os indígenas eram frequentemente clicados nas aldeias de origem. Na Bahia, os frades franciscanos registraram a atividade do candomblé no estado (foto). Negativos de vidro, do século 19, também estão entre os arquivos.

CONT.



Frei Tarcísio

A ordem franciscana contava com artistas como o Frei Tarcísio de Viena, cujas obras da década de 1950 estão em processo de restauro. Santos, paisagens da vida de Jesus Cristo, retratos de outros frades e registros da catequização de índios estavam entre os interesses dele. O frade-artista, autodidata, utilizou várias técnicas, como carvão, aquarela e nanquim.

Como funciona

Higienização

Ao chegar ao arquivo, as obras são higienizadas para retirada de mofo e outras impurezas. Dado o estado no qual as obras foram encontradas, todo o trabalho é feito com luvas e máscara.

Acondicionamento e catalogação

Após serem limpas, são acondicionadas em papéis e plásticos especiais, que não aderem aos documentos, ou em caixas feitas sob medida, como no caso dos slides. A catalogação tenta reunir ano, autor e material utilizado.

Arquivamento

As obras higienizadas, acondicionadas e catalogadas são arquivadas em estantes deslizantes para futura consulta por pesquisadores.

Números

17 pessoas

7 meses

8 estados pesquisados

42 localidades

20 mil documentos higienizados

300 livros identificados

8700 fotografias catalogadas

R\$ 640 mil

Moradores recusam abrigo e voltam para casas atingidas por cheia, em RO
SÍTIO GLOBO.COM, 19.02.2015

*Ribeirinhos foram levados para abrigo, após rios transbordarem em Cacoal.
Segundo Secretaria, apenas três famílias ainda não retornaram para casas.*



Mesmo correndo risco de ter a casa invadida pela água novamente,
moradores voltaram para casas (Foto: Rogério Aderbal/G1)

Moradores ribeirinhos de Cacoal (RO) foram surpreendidos com a cheia do Rio Pirarara e do Córrego Salgadinho, que transbordaram invadindo residências e interditando passagens, na última quarta-feira (18). Mesmo assim, muitos se recusam a deixar as casas para se acomodar no abrigo disponibilizado pela prefeitura. De acordo com a Secretaria de Ação Social, no dia da enchente, cerca de trinta famílias foram levadas para a Escola Estadual Clodoaldo Nunes de Almeida, mas nenhuma delas permaneceu no local.

Silva Booni é uma das moradoras que se recusam a ficar no abrigo da prefeitura. A estudante mora com mais quatro pessoas em uma casa alugada às margens da avenida Sete de Setembro, um dos locais invadidos pela água na manhã de quarta. "A gente quer sair daqui

CONT.



para outra para casa, não para abrigo provisório, pois logo a gente está de volta para esperar a próxima chuva", justifica.

A dona de casa Ivete Zumira, também moradora da avenida Sete de Setembro, já teve a casa invadida pela água das cheias por diversas vezes. Ainda assim, diz que não irá se abrigar na escola. "O certo seria todos os moradores atingidos serem transferidos para um local fixo. Abrigo não compensa, é coisa de semanas que só dá trabalho. Por isso não vou", alega.

Segundo a secretária de Ação Social, Mirian Lacerda, das trinta famílias atendidas apenas três não retornaram para as residências e estão abrigadas em casas de parentes. "Dizem que já estão acostumados com a situação. No entanto, nossa preocupação é com uma possível enchente durante a noite, o que pode trazer transtornos ainda maiores para eles e para nós", relata a secretária.

Já o secretário de Meio Ambiente, José Aparecido Limeira, explicou que os níveis do Rio Pirarara e do Córrego Salgadinho já estão quase dentro do normal para a época. "Estamos monitorando todos os rios que cortam a cidade. Por enquanto, o nível deles está normal para o período, mas, o que nos preocupa são as previsões de que a chuva deve voltar com a mesma ou maior intensidade da que caiu na cidade na outra noite", alerta.

José Aparecido diz que, entre as medidas preventivas adotadas pela Secretaria de Meio Ambiente, estão o acompanhamento dos moradores ribeirinhos, o monitoramento diário dos rios e a utilização de veículos de comunicação para alertar a população.



Comunidades ribeirinhas começam a receber atendimento jurídico e social; fila teve início às 5h

SÍTIO OLHAR JURÍDICO, 19.02.2015

Da Assessoria/Defensoria-MT

Com fila de espera para atendimento formada desde 5h da manhã, o Projeto Ribeirinho Cidadão VIII foi lançado, na manhã desta quinta-feira (19), em frente à Prefeitura de Barão de Melgaço. O projeto, realizado pela Defensoria Pública, Tribunal de Justiça e demais parceiros, tem por intuito de levar assistência jurídica e social integral e gratuita à população que reside às margens dos rios da região de Santo Antônio de Leverger a Poconé.

Prestigiando a quinta solenidade de lançamento do Ribeirinho como Defensor Público-Geral, Djalma Sabo Mendes Júnior, destacou que só é possível sentir o anseio da população vivendo sua realidade diária. "Vivenciar essa realidade nos faz refletir sobre a necessidade dos Poderes Constituídos se unirem cada vez mais em prol do bem estar da população".

Com essa união, segundo o Defensor-Geral, a proposta de expansão do projeto para outras regiões do Estado se concretizará. "Um projeto dessa grandeza deve ser levado a outras regiões, se não pela via fluvial, pela terrestre. Vamos trabalhar em conjunto, agregando parceiros, para levar mais esperança à população. A satisfação no olhar de cada pessoa atendida pelo Ribeirinho nos impulsiona, é nossa recompensa".

Já o Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Paulo Da Cunha, lembrou do alcance social imensurável do Ribeirinho Cidadão. "Muitos só puderam ser chamados de cidadão após a passagem do Ribeirinho, confeccionando documentos e realizando consultas oftalmológicas, por exemplo. Isso nos incentiva a repetir o projeto todo ano. Os integrantes dessa comitiva devem se considerar grandes, pois têm a alma grande, voltada para o bem estar da população. Saíram de seus gabinetes para fazer das pessoas, cidadãos".

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Desembargador Edson Bueno, por sua vez, garantiu que no próximo ano pretende ampliar a parceria, reforçando que somente a união faz com que as dificuldades sejam superadas. Na oportunidade, Edson Bueno assinou um termo com Djalma Mendes cedendo 15 computadores para o projeto. As máquinas serão entregues a escolas existentes em comunidades rio abaixo.

Coordenador do Projeto pela Defensoria Pública, o Defensor Público Air Praeiro citou o poeta Fernando Pessoa ao afirmar que o valor das coisas não se mede pelo valor em si, mas pela intensidade com que ocorrem. "O olhar de agradecimento do cidadão pela presença do Estado, por si só transmite a ideia de Estado Democrático de Direito. Cativamos essas comunidades, somos responsáveis por elas e garanto que o Ribeirinho não morrerá aqui".

CONT.



O Juiz-Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça, José Antônio Bezerra Filho, coordenador do projeto por parte do Tribunal de Justiça, pontuou as dificuldades enfrentadas no acesso as comunidades. "O acesso é difícil, mas as comunidades estão sempre nos aguardando e a presença do Estado nesses rincões é que nos leva a acreditar que é possível fazer a diferença".

Parceira do projeto pela primeira vez, a Delegada da Receita Federal Marcela Maria Rizzi agradeceu o convite e ressaltou que o apoio está sendo dado de duas formas, com doação de material mediante entrega de lixo recolhido das margens do rio por parte das comunidades e atendimento ao público, com emissão de CPF online. "Esse é um projeto corajoso e queremos continuar nas próximas edições, tendo a oportunidade de levar a Receita Federal à sociedade".

Também participaram da solenidade de abertura, o Secretário Estadual de Trabalho e Assistência Social, Valdiney de Arruda, representando o Governador Pedro Taques, o Prefeito de Barão de Melgaço, Antônio Ribeiro Torres, o Presidente da Câmara Municipal e o Secretário Municipal de Saúde.

O projeto

atendimentoCom duração de 15 dias, divididos em duas etapas, fluvial e terrestre, o projeto contará com a presença de mais de 70 profissionais das mais diversas áreas. Na primeira parte, Defensores, Juízes, Médicos, Promotor de Justiça, Oftalmologistas, Dentista, bem como outros profissionais aptos a solucionar questões jurídicas e sociais, irão navegar, por 10 dias, as águas que banham as comunidades entre Barão de Melgaço e Poconé.

Já na segunda parte, que terá início em dois de março com duração de cinco dias, o atendimento será prestado à região de Santo Antônio de Leverger, sendo encerrada no Distrito de Mimoso. Durante todo o projeto é feita a doação de óculos e medicamentos, bem como confecção de documentos como Identidade Civil, Carteira de Trabalho e CPF.

São parceiros do Ribeirinho Cidadão VIII, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso; Tribunal Regional do Trabalho; Ministério Público; Secretaria Estadual de Segurança Pública; de Saúde e de Meio Ambiente; Juizado do Meio Ambiente; Assembleia Legislativa; Receita Federal; Polícia Militar; Prefeituras de Barão de Melgaço e de Juscimeira; e de médicos voluntários.

Chuvas aumentam níveis dos rios do Pantanal, alerta Embrapa em MS

SÍTIO GLOBO.COM, 19.02.2015

*Fortes chuvas atingiram as cabeceiras da bacia do Alto Paraguai.
Chuvas devem provocar propagação da frente de cheia no Pantanal.*



Chuva no rio Paraguai, próximo a Corumbá, em Mato Grosso do Sul
(Foto: Divulgação Embrapa Pantanal/Carlos Padovani)

Nota divulgada nesta semana pelo pesquisador Carlos Roberto Padovani, da Embrapa Pantanal, em Corumbá, no oeste de Mato Grosso do Sul, aponta que as fortes chuvas nas cabeceiras dos rios que abastecem a bacia do alto Paraguai, causaram um aumento nos níveis registrados ao longo do rio Paraguai e de seus afluentes.

Em Mato Grosso, por exemplo, um dos afluentes do rio Paraguai, o rio dos Bugres, registrou um pico de 4,13 metros no último dia 13 de fevereiro, marcando um aumento de 2,80 metros em relação ao nível registrado no dia 4 de fevereiro, que foi de 1,33 metros.

O que geralmente ocorre em casos como esses, segundo Padovani, é a propagação da frente de cheia influenciada pelas chuvas através do rio Paraguai.

CONT.



O pesquisador comenta que em Mato Grosso do Sul, chuvas fortes, de até 270 milímetros, que ocorreram entre 5 e 7 de fevereiro, atingiram a região dos rios Miranda, Aquidauana, Negro, Abobral e Vermelho, além da baixa Nhecolândia, do norte do Nabileque e do rio Paraguai próximo a Corumbá. Essas regiões, que estavam relativamente bem drenadas, receberam uma carga de chuva, favorecendo uma situação preocupante com relação à frente de cheia que virá do norte da bacia.

Em razão desse quadro, o pesquisador recomenda cautela, principalmente, às populações ribeirinhas da região, considerando uma possível continuidade das chuvas fortes.

Número de afetados pela cheia no AM sobe para 45 mil, diz Defesa Civil

SÍTIO GLOBO.COM, 19.02.2015

*Cinco cidades do estado estão em situação de emergência.
Quantidade de famílias desabrigadas chega a 800, diz Defesa Civil.*



Imagem feita no início deste mês na comunidade Boa Fé, na cidade de Guajará, no Amazonas (Foto: Divulgação/Defesa Civil)

O número de pessoas afetadas pela cheia deste ano no Amazonas já chega a 45 mil, segundo divulgou a Defesa Civil do Estado na manhã desta quinta-feira (19). Cinco cidades do estado estão em situação de emergência. De acordo com o órgão, cerca de 800 famílias estão desabrigadas nesses municípios. A previsão é que o número de localidades em emergência suba ainda mais nas próximas semanas.

Até esta quinta, os municípios em situação de emergência são Envira, Itamarati, Guajará, Ipixuna e Eirunepé. A Defesa Civil apontou que nessas cidades - que integram a Calha do Juruá - 9.328 famílias (45 mil pessoas), estão sendo afetadas.

Outras cidades que pertencem à Região do Alto Solimões - cortadas pelo Rio Purus -, como

CONT.



Tabatinga, Benjamim Constant, São Paulo de Olivença e Tonantins, estão em atenção máxima. Segundo o secretário-adjunto da Defesa Civil, Hermógenes Rabelo, nas próximas duas semanas ou daqui a um mês, as cidades do Alto Solimões devem entrar em situação de emergência, elevando para 195 mil o número de pessoas afetadas. "Estamos com equipes da Defesa Civil fazendo a avaliação. Caso necessário, vamos mobilizar a estrutura do estado para atender toda a população afetada", informou.

Rabelo confirmou que a cheia está prejudicando as aulas nos municípios - em algumas localidades, as escolas chegaram a suspender as atividades. "As escolas ribeirinhas estão alagadas. A ideia agora é construir escolas adaptadas para essa situação de subida dos rios", disse, apontando ainda que muitas das 800 famílias desabrigadas estão alojadas em ambientes como ginásios.

Produção rural

As cinco cidades afetadas pela cheia deste ano já receberam 16 toneladas de alimentos no início deste mês. De acordo com a Defesa Civil, outras 16 toneladas serão enviadas por via fluvial.

Segundo o titular da Secretaria de Estado de Produção Rural (Sepror), Valdenor Cardoso, estão sendo avaliadas as perdas na produção de alimentos nas cidades afetadas. "Estamos, há alguns anos, fazendo projetos para que o produtor passa produzir em terra firme. É um processo acumulativo, por repetição. Tivemos obstáculo em 2009 e em 2012. Esse produtor precisa ter esse plano B de produção em terra firme. É um processo lento", disse.

O secretário informou ainda que, em muitas localidades, a produção nas áreas várzea - áreas naturalmente alagadas - já foi perdida. "A produção dessas áreas já está alagada com mais de dois palmos de água. Por isso, as providências do passado, na questão do débito, serão realizadas novamente. Em tese, nas experiências passadas, teremos juros mais em conta, apoio da comercialização e transporte da produção, e anistia do crédito rural", ressaltou Cardoso.

De acordo com o secretário, em razão da cheia, alguns produtos de cidades do interior do Amazonas podem deixar de chegar à capital, entre eles melancia e farinha. "Estamos vendo mecanismos de estimular vindas de produtos de outras regiões ou outros estados", disse.



Florianópolis: insegurança institucionalizada

SÍTIO CORREIO DO LITORAL, 19.02.2015

Roberto J. Pugliese | Litoral em Questão

A bela capital catarinense está à deriva. Por mais que se dê crédito às autoridades e se aposte numa guinada radical em favor da sustentabilidade para o desenvolvimento harmônico, a conclusão é sempre a mesma: é preciso mudar a postura.

O megaempreendimento hoteleiro da Ponta do Coral vai despejar pescadores artesanais ali estabelecidos há séculos. Prédios enormes continuam sendo erguidos por toda a ilha. Não há tratamento de esgotos sanitários. Com a demanda turística maior em épocas de festas e feriados, acaba a água tratada para o consumo, o fornecimento de energia leva à rede ao colapso, a internet fica mais lenta... e tudo se repete ao longo do tempo.

É vergonhoso o quadro de Florianópolis com a desorganização viária caminhando para o caos; a polícia escondida nas repartições públicas dando segurança privilegiada a poucos destacados funcionários dos três Poderes, enquanto a população amedrontada vive em pânico dada a violência desmedida. Até os semáforos não funcionam como deveriam. Balburdia, bagunça e desorganização oficializada.

Uma ilha de costa para o mar. O transporte hidroviário funciona regularmente somente na bucólica Lagoa da Conceição. Apenas planos e ideias que não saem do papel rabiscam hidrovias que poderiam ajudar na mobilidade local e desenvolver o turismo marítimo. São praias, costões e toda a orla com trilhas de acesso abandonadas. São incontáveis os empecilhos frustrando moradores e turistas que esperam um pouco mais da cidade.

O retrato exposto encobre a realidade da cidade que se inclina precocemente ao caos. A imagem difusa pelo país e alardeada pelo mundo pinta o colorido fantástico de um imaginário ideal. Porém inexistente. Apenas a fantasia maravilhosa dos cartões postais camufla a balburdia e as deficiências estruturais do abandono.

As pontes em ruínas oferecem o perigo que fingem desconhecer. E a histórica ponte pênsil está prestes para ser tombada novamente, porém mergulhando no estreito sul. Lamentável o quadro borrado.

E como se não bastasse os mesmos Poderes Públicos que se omitem nas suas mais legítimas obrigações institucionais, ora por determinação judicial, ora porque o Ministério Público pediu, ora porque a administração municipal decretou, ora por isso, ora por aquilo, mandam demolir construções daqui e dali.

CONT.



Ignoram direitos tradicionais. Ignoram a própria história da ilha e de seu povo. Não assumem a responsabilidade pelo dano social que impõe à coletividade perplexa. Sociedade insegura, temerosa e na porta do desespero.

Ninguém é poupado em nome da ordem jurídica da ilha. Tudo por terra por ser terreno de marinha, porque o Código de Postura impôs, ou porque não podia isso ou aquilo... Mas o shopping pôde ser levantado no meio do mangue. Mas a casa do granfino, com heliponto e elevador na beira do mar pôde permanecer imune a qualquer investida ambiental... O direito tem pesos e medidas certas na ilha da fantasia. Reflitam: tem pesos e pesos.

São residências que foram erguidas há mais de 50 anos. São casas de manés. Casas de turistas. Casas simples de trabalhadores, que estão na lista violenta de ordem para irem abaixo... Em todos os cantos da cidade ninguém está ileso.

Os comerciantes têm seus negócios interditados. Ligações de serviços de energia elétrica e água potável são cortados, sem qualquer fundamento, salvo o de que aqui ou acolá não poderia existir a pousada, o camping, a garagem de barco ou o trapiche suspenso sobre o espelho d'água. São os clubes, boates, restaurantes coagidos a cerrarem suas portas. São turistas que chegam e vão embora. São investidores frustrados que se arrependem. É a população atônita e perdida que não acredita no que vê, no que sofre, no que está por vir e segue sem saber o que fazer.

A insegurança jurídica aterroriza a população. Estarrecidos o povo teme pelo pior. Não sabe a quem recorrer. E assim, sem nexos ou bom senso, as autoridades vão exibindo seus crachás, mandando, impondo e cuidando da cidade que não encontra o norte... e segue pela própria sorte.

Vereadores processados, cassados, presos observam dos altos muros gradeados e aplaudem a confusão. Até quando? Na Câmara os demais aprovam aumento de impostos. Enfim: alea jacta est. Salve-se quem puder. O último que sair apague a luz.

Roberto J. Pugliese é presidente da Comissão de Direito Notarial da OAB-SC
pugliese@pugliesegomes.com.br



Obras do terminal pesqueiro de SG começam em julho

SÍTIO O FLUMINENSE, 19.02.2015

Previstas para começar em novembro do ano passado, segundo o secretário de Pesca, com liberação do recurso, até junho será contratado o projeto básico e executivo

Por: Vinícius Rodrigues

As obras do Mercado Municipal de Peixe e Complexo Pesqueiro de São Gonçalo, que estavam previstas para começar em novembro do ano passado no bairro do Boa Vista, agora acontecerão a partir de julho deste ano. Segundo informou o secretário municipal da Pesca de São Gonçalo, Vicenildo Medeiros, em até cinco meses, além do estudo, também será contratado o projeto básico e o projeto executivo do mercado.

A mudança no cronograma se deu porque a Prefeitura de São Gonçalo conseguiu apenas no dia 29 de dezembro, junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura, o recurso de R\$ 10 milhões para contratação do Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (EVTEA), que é a primeira etapa para a concretização do convênio.

“Toda e qualquer intervenção só acontecerá após o MPA aprovar o projeto e firmar o convênio com o município. A partir daí teremos 18 meses para realizarmos as obras e concluirmos o projeto”, disse o secretário.

Em abril do ano passado, foi decretado pelo prefeito Neilton Mulim, através do Decreto 078/2014, a intenção de desapropriar os terrenos situados no bairro Boa Vista para implantação do mercado do peixe e complexo pesqueiro. Em vias gerais, esta desapropriação pode ser realizada no período de até dois anos da publicação, o que só expirará em abril de 2016, um mês após a previsão de entrega da Prefeitura de São Gonçalo.

“O Protocolo de Intenções foi assinado pelo prefeito e pelo Ministro Eduardo Lopes no mês de maio de 2014. Dificilmente a entrega será em março de 2016, mas certamente São Gonçalo poderá e será, no futuro, uma referência em organização, produção e comercialização do pescado no estado”, declarou.

Beneficiados – Ainda de acordo com Vicenildo, o projeto do Mercado Municipal beneficiará mais de 1,5 mil famílias que dependem e vivem da pesca em São Gonçalo. Além disso, para a construção dos projetos, serão pelo menos 1 mil empregos gerados, direta e indiretamente na cidade, segundo informou o secretário.

“Sabemos que essa era uma reivindicação antiga dos pescadores. Fui à Brasília buscar recursos para o projeto e essa construção. O novo empreendimento irá ampliar a venda e o

CONT.



consumo de peixe na cidade, aumentando assim a qualidade de vida da população gonçalense”, disse o secretário.

Ainda de acordo com o secretário, os projetos irão desde a valorização do pescador artesanal, que deixará de depender de atravessadores, podendo vender seus peixes com uma maior margem de lucro, até à população do município, que terá uma opção de variedade do pescado com preços mais baixos e no mesmo local.



Projeto de mineroduto da SAM é declaração de guerra dos chineses contra as comunidades tradicionais geraizeiras e quilombolas
SÍTIO CEDEFES, 20.02.2015

CARTA AO IBAMA, CASA CIVIL, MMA, MDS E MDA - mineroduto SAM e comunidades tradicionais

PROJETO DE MINERODUTO DA SAM É DECLARAÇÃO DE GUERRA DOS CHINESES CONTRA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS GERAIZEIRAS E QUILOMBOLAS QUE LUTAM PELA PRESERVAÇÃO DAS ÁGUAS E DOS CERRADOS

Os membros abaixo assinados da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais e do Movimento Geraizeiro vem notificar o IBAMA para que suspenda de imediato o processo de licenciamento ambiental do Projeto Vale do Rio Pardo que prevê a instalação de um projeto de mineração associado com a construção de um mineroduto passando por 21 municípios do Norte de Minas Gerais e Bahia. E denunciar a ilegitimidade deste "projeto de morte" promovido pela mineradora SAM - Sul Americana de Metais SA controlada pela Honbridge Holdings Ltd de capital chinês no Norte de Minas Gerais. O processo de licenciamento que está em fase de estudos pelo IBAMA não tem legitimidade, pois não respeitou os marcos legais relacionados aos direitos de Povos e Comunidades Tradicionais uma vez que não foi promovido, antes da elaboração do projeto, o direito à consulta prévia e informada conforme está previsto na Convenção 169 da OIT - Organização Internacional do Trabalho.

A implantação deste projeto viola o direito de comunidades geraizeiras e quilombolas que vivem centenariamente na região do Vale das Cancelas e também de outras centenas de comunidades tradicionais dos vales dos rios Jequitinhonha, Pardo e das Contas por onde está previsto passar o mineroduto, afetando inclusive as comunidades ribeirinhas e marinhas. A região de execução do projeto está inserida no semiárido de Minas Gerais, com uma rica biodiversidade associada aos Cerrados da Serra do Espinhaço, já impactada de forma significativa com a implantação das monoculturas de eucalipto nas décadas de 1980 e 1990. Grandes projetos que já provocaram expropriação territorial das comunidades tradicionais, impactos na flora e fauna regional e, de forma ainda mais grave, sobre os escassos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.

As comunidades afetadas por estes projetos contam uma longa história de exclusão e de invisibilidade social apesar de terem como legado agroecossistemas que foram desenvolvidos ao longo do tempo e que viabilizaram o sustento dos mercados locais, regionais e mesmo nacional. Estas comunidades são possuidoras de um conhecimento profundo dos ecossistemas locais e suas estratégias produtivas contribuem com a proteção e mesmo ampliação da (agro)biodiversidade e com a recarga dos aquíferos.

CONT.



O Projeto Vale do Rio Pardo está provocando o aumento da tensão social, as comunidades encontram-se extremamente vulnerabilizadas, e a sua execução vai ampliar a escassez hídrica da região. As características do projeto de mineração a céu aberto, exploração de minério com baixo teor, beneficiamento para concentração do minério, transporte através de mineroduto, para ser executado precisa de uma elevada demanda de água - 6.200 m³/hora, o que significa uma demanda anual de 53.568.000 m³/ano. Demanda excessiva em uma região de extrema escassez hídrica com um projeto que, além disso, vai provocar o secamento de nascentes e córregos da região da bacia do rio Vacaria e onde a população atual encontra-se vivenciando um conjunto significativo de conflitos territoriais e ambientais.

É neste contexto que está sendo processado o licenciamento do Projeto Vale do Rio Pardo e, recentemente, o Movimento dos Atingidos por Barragens e lideranças geraizeiras denunciaram o modo como o IBAMA vem conduzindo o processo, levantando suspeitas de facilitação de interesses da empresa:

Causa-nos espanto e perplexidade, o modo com que vem servidores do Alto Escalão do Governo Federal através do IBAMA, conduzindo o processo de licenciamento, descumprindo normas, o que nos leva a concluir que há suspeitas de prevaricação e facilitação dos interesses da empresa.

Reiteramos assim que o processo de licenciamento do Projeto Vale do Rio Pardo seja imediatamente suspenso.

Montes Claros, 09 de janeiro de 2015

Braulino Caetano dos Santos - _ Diretor do CAA NM e Representante dos Geraizeiros na CPCT

Fonte: Braulino Caetano dos Santos.

A luta pela conservação das sementes crioulas e a segurança alimentar e nutricional do povo Apinajé

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.02.2015



Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ

Em 2014 com recursos do Programa Básico Ambiental – Timbira continuamos realizando nossos pequenos projetos de roças iniciados em 2013, onde plantamos diversos produtos da agricultura familiar. Também estamos disseminando e multiplicando as sementes crioulas adquiridas dos camponeses do Bico do Papagaio e nas Feiras de Sementes dos povos Caiapó e Krahô.

Em nossas pequenas roças familiares nosso povo produz não só alimentos; mais também reproduzimos nossas práticas tradicionais transmitindo conhecimentos e saberes ancestral sobre o plantio, à conservação de sementes e os cuidados com a terra e a água para nossos filhos e netos. As atividades e serviços nas roças envolvem todos membros da família.

Nosso principal investimento tem sido no plantio de mandioca, feijão, banana, milho e arroz

CONT.



visando garantir a Segurança Alimentar e Nutricional das comunidades em médio prazo. Mesmo sem acompanhamento e assistência técnica do RURALTINS e sem o apoio financeiro dos Governos Municipal, Estadual e/ou Federal, com poucos recursos do PBA-Timbira, estamos lutando para revitalizar e fortalecer as roças familiares direcionadas para cultivo consorciado desses produtos adaptadas às condições climáticas e ao solo de nossa região.

Entretanto a total ausência de apoio governamental para apoiar as roças tradicionais, aliada à falta de chuvas e as secas prolongadas que estão ocorrendo no Estado do Tocantins, já comprometem e ameaçam diretamente a produção de alimentos nas aldeias indígenas. Se as Mudanças Climáticas podem piorar a situação da escassez de alimentos e a falta de água potável para os não-índios; para as populações indígenas o problema é mais grave e complicado.

Alertamos que o desmatamento das florestas e do cerrado, a degradação das nascentes e a falta de planejamento urbano constituem um importante fator de agravamento dos eventos de seca e enchentes que estão atingindo nosso País nos últimos anos. Observamos que cíclica ausência de Saneamento Básico e a falta d'água potável que antes atingia somente as populações mais empobrecidas das favelas metropolitanas do País, os pobres sertanejos do semi-árido nordestino e as populações ribeirinhas da Amazônia, agora é experimentada também pelas populações de classe média das metrópoles do Sudeste do Brasil.

Esse é mais um importante motivo de preocupação com a garantia de alimentação e a conservação de nossos mananciais hídricos para presentes e futuras gerações. Se nada for feito, é bem provável que teremos num futuro próximo graves crises de falta de alimentos e água potável, situação que podem evoluir para agravar os recorrentes e violentos conflitos sociais e ambientais em curso envolvendo os grandes produtores rurais, as empresas e as populações camponesas e indígenas do Brasil.

Terra Apinajé, 19 de fevereiro de 2015.

Foto: Família Apinajé da aldeia Brejinho, realizando serviços de limpeza e tratamentos culturais em roça da comunidade. (foto: Iran Veríssimo Apinagé. fev. 2015)



Educação tradicional Manoki

SÍTIO GAZETA DIGITAL, 20.02.2015

Elias Januário

Os Irantxe ou como eles se autodenominam de Manoki, são falantes de uma língua isolada, que passa por um processo de abandono após a fase de contato, podendo ser conduzido lentamente ao desaparecimento de importantes práticas sociais e culturais se nenhuma política pública for destinada a esta comunidade tradicional, que vive nas proximidades dos rio Cravari, na Terra Indígena Irantxe e na Terra Indígena Manoki, localizadas no município de Brasnorte, região noroeste de Mato Grosso.

A educação tradicional consiste num mecanismo fundamental para a valorização e manutenção das tradições, pois ela é transmitida dos pais para os filhos, que ensinam os seus conhecimentos tradicionais para que ela cresça já sabendo acerca da cultura e de seus antepassados.

Na medida em que a criança cresce, os Manoki vão mostrando e ensinando os jovens a manusear os seus instrumentos sagrados que, durante uma grande festa, os anciãos escolhem os jovens que consideram estarem prontos.

Os escolhidos ou considerados aptos no momento, são levados para a roça onde começa o ensino e a aprendizagem dos elementos estruturantes da organização social e cultural deste povo.

Consiste exatamente nesse momento que começam aprender o que é de mais importante acerca de sua cultura e organização social como danças, mitos, pinturas artesanatos. Aprendem também a serem responsáveis pelas suas atitudes. Após o aprendizado de vários desses conhecimentos ancestrais é que cada indivíduo está preparada para o ritual de passagem que eles hoje denominam de batizado, que consiste no momento em que os anciãos perfura o nariz dos jovens do sexo masculino, recebendo neste ato um nome na língua indígena que irá usar para sempre.

Somente após esse momento é que os jovens do sexo masculino retornam para suas casas e a partir de então estão prontos para assumirem o identidade de homem e os direitos e deveres que lhes são atribuídos.

As jovens do sexo feminino são consideradas prontas quando encerram o período de reclusão, sob cuidados de uma das tias e não da mãe, aprendendo sobre a produção e preparação de alimentos, bem como os afazeres cotidianos de uma mãe de família que consiste em tecer algodão, preparar o tucum e as diferentes sementes usadas para fazer colares, brincos, chocalhos, entre outros objetos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 31/2015

Brasília, 20 de fevereiro de 2015.

Nos dias atuais, como relatam alguns indígenas entrevistados, a forma de educação Manoki passou por profundas transformações, em ambos os sexos, não sendo mais praticados muitos dos ensinamentos mencionados anteriormente, passando a pessoa da fase de jovem para adulto sem dominar os conhecimentos tradicionais do povo. A ausência de uma política pública de valorização e registro por parte dos órgãos governamentais, contribui ainda mais para que as gerações futuras não interessem pelos conhecimento e a prática do saber ancestral de seu povo.

Elias Januário é educador, antropólogo e historiador. Escreve às sextas-feiras em A Gazeta. E-mail: eliasjanuario@terra.com.br



Boletim de Notícias - Edição nº 31/2015

Brasília, 20 de fevereiro de 2015.

Sine vai emitir Carteira de Trabalho para ribeirinhos de MT

SÍTIO O NORTÃO JORNAL, 20.02.2015

O projeto vai atender cidades de Poconé, Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço.

O Sistema Nacional de Empregos de Mato Grosso (Sine-MT) está participando do Projeto Ribeirinho Cidadão lançado nesta quinta-feira (19), sob a coordenação do Tribunal de Justiça de Mato Grosso e que vai atender as comunidades que vivem às margens dos rios Cuiabá e São Lourenço, nos municípios de Poconé, Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço.

Kellen Cristina Carvalho, superintendente do Sine-MT, informa que uma técnica do órgão passará 13 dias percorrendo dezenas de comunidades dessas regiões juntamente com representantes de outros órgãos que integram a equipe para expedir Carteiras de Trabalho. No ano passado, cerca de 200 foram expedidas.



Justiça questiona identidade quilombola

SÍTIO CEDEFES, 20.02.2015

A Justiça Federal do Amazonas negou um pedido de liminar do Ministério Público Federal para impedir a remoção das famílias remanescentes de quilombos que vivem na Comunidade do Tambor, dentro do Parque Nacional do Jaú, no município de Novo Airão (AM), pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), do Ministério do Meio Ambiente.

A remoção, que também deverá ser efetivada pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), foi determinada pela Câmara de Conciliação da Advocacia Geral da União (AGU), em reunião realizada em março de 2014.

Na decisão proferida no dia 14 de janeiro último, o juiz federal Ricardo Sales, da 3ª Vara da Justiça, colocou em dúvida se as famílias da Comunidade do Tambor são remanescentes de quilombolas, causando surpresa e indignação em representantes do Tambor, procuradores do MPF do Amazonas e antropólogos. É que o assunto relacionado à identidade quilombola não é mencionado na ação do MPF.

“Ocorre que não é possível afirmar, neste momento, de análise perfunctória (superficial), que a Comunidade do Tambor seja, de fato, remanescente de quilombola, qualidade que deve ser aferida por profissional especializado, na área de antropologia, especialmente considerando a região é tradicionalmente ocupada por indígenas e ribeirinhos, o que é de fato notório”, diz o juiz na decisão.

Ricardo Sales determinou na decisão que seja realizado um estudo antropológico da comunidade. “Assim, para que se identifiquem as pessoas da mencionada comunidade como descendentes de quilombolas faz-se necessário, como já dito, um detido estudo por especialistas a serem oportunamente nomeados pelo juiz”, diz sua decisão.

A Comunidade Quilombola do Tambor fica na margem esquerda do rio Jaú, afluente do rio Negro, no Amazonas, numa faixa de terra delimitada em 719,8 mil hectares. A agência Amazônia Real visitou o local em outubro de 2014, e fez reportagem especial sobre a comunidade e os moradores.

Nos relatos, todos afirmaram ter relação de parentesco ou de afinidade com os primeiros ocupantes do Jaú: os três casais negros que migraram do Nordeste em 1910. Os moradores afirmaram ter conhecimento sobre a decisão da AGU de removê-los, mas disseram ser contra a medida.

Os moradores da comunidade do Tambor são reconhecidos como quilombolas e tiveram seu certificado concedido pela Fundação Cultural Palmares, do governo federal em 2006. Com esta certificação, o passo seguinte seria a titulação fundiária.

CONT.



Mas por estar sobreposta a uma unidade de conservação que restringe ocupação humana – o Parque Nacional do Jaú –, a comunidade não teve a titulação fundiária assinada pelo Incra devido o litígio administrativo empreendido pelo ICMBio .

O ICMBio contesta a regularização fundiária da comunidade alegando que o Parque Nacional do Jaú (PNJ) é uma unidade de proteção integral da fauna e da floresta, que exclui ocupação de populações humanas.

Na sua ação, o MPF pede que o Incra realize em um ano a conclusão da titulação de terras ocupadas pelo Tambor, mas o juiz, com base nas alegações do órgão federal, negou o pedido. Entre suas alegações, o Incra ressaltou que a sobreposição de terras levou a Câmara de Conciliação da AGU a pedir a remoção das famílias.

AGU decidiu remover

Em março de 2014, durante reunião em Brasília, Incra, ICMBio, Fundação Cultural Palmares, entre outros órgãos, decidiram pela remoção das famílias do Tambor, mas em nenhum momento questionaram a identidade quilombola dos moradores, conforme consta nos documentos, aos quais a Amazônia Real teve acesso. Na reunião, nenhuma liderança do Tambor esteve presente.

Foi para evitar a remoção e pedir agilidade na titulação da área que a o MPF entrou na justiça com pedido de liminar.

Sebastião Ferreira, vice-presidente da Associação de Moradores Remanescentes do Quilombo do Tambor, foi procurado pela Amazônia Real para falar sobre a decisão.

“Isso é coisa da cabeça do juiz, mas de onde ele tirou isso? O Tambor é quilombola. Foi reconhecido pela Fundação Palmares, tem documentos. O que está se tratando é sobre terra e não sobre se somos ou não quilombolas”, disse Ferreira, que vive na cidade de Novo Airão (a 180 quilômetros de Manaus), cidade mais próxima do Tambor, e se descreve como “representante legal” da comunidade.

Ferreira disse que vai se organizar para ir até a comunidade (cujo acesso pode levar até um dia de viagem de voadeira pelos rios Negro e Jaú) e informar sobre a decisão e procurar mobilizar os moradores. Ele reafirmou que os moradores se negam a sair do Tambor.

Procurador diz que juiz considerou tratado internacional

A Amazônia Real enviou perguntas por email para que o juiz federal esclarecesse sua decisão e dissesse com base em que documento ele pôs em dúvida a identidade quilombola do Tambor. Também pediu uma entrevista com ele. Após quatro dias do envio do pedido de entrevista,

CONT.



Ricardo Sales, por meio da assessoria de imprensa da Justiça Federal, respondeu que não iria se manifestar.

O atual procurador do 5º Ofício Cível do MPF/AM, Fernando Merloto Soave, que ficou no lugar de Julio José Araujo Júnior, autor da ação, disse que a decisão foi "omissa", pois ela não aprecia o pedido que consta na ação.

"O juiz apresenta algo que não é divergência no processo. Não há contestação se os moradores são ou não quilombolas. Ele não se manifesta quanto ao nosso pedido", disse.

Soave afirmou que vai definir que medidas tomará para responder à decisão. "Podemos entrar com um embargo de declaração para o juiz aclarar sua decisão. Ou então, um agravo de instrumento, que é um recurso contra uma decisão no curso do processo. Isso é feito no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília", disse.

O procurador da República Julio José Araujo Junior disse que a decisão judicial desconsiderou tratados internacionais, a Constituição e a própria regulamentação sobre o tema, que falam em autorreconhecimento da identidade pela comunidade.

Ele ressaltou que ainda que não fosse assim, o autorreconhecimento dos quilombolas do Tambor já foi certificado pela Fundação Cultural Palmares e há relatório antropológico elaborado pelo Incra. O procurador afirmou que nem o Incra nem o ICMBio contestaram a identidade do grupo como quilombola.

"É um fato sobre o qual não paira qualquer controvérsia e que foi reconhecido, inclusive, durante toda a Câmara de Conciliação da AGU. O que se pretendeu com a ação judicial e não foi apreciado na liminar, é a garantia da permanência da comunidade na área do Parque Nacional. Além de estar lá há mais tempo, a comunidade quilombola tem o direito ao seu território assegurado pela Constituição, de modo que o art. 42 da Lei 9985/2000, que trata da impossibilidade de presença humana no parque, deve ser compatibilizado com a legislação de hierarquia superior", disse.

Antropólogo diz que decisão é dúvida

O antropólogo João Siqueira, que foi o autor do estudo de identificação fundiária da Comunidade Quilombola do Tambor no período em que era funcionário do Incra, leu a decisão do juiz, a pedido da reportagem para comentar o assunto. Ele disse que não poderia supor sobre o que teria levado o juiz a levantar dúvida sobre a identidade quilombola dos moradores da comunidade do Tambor, mas afirmou que o juiz sequer se ocupa de apontar, na decisão, um marco ou pressuposto teórico que apoie sua percepção, por ora incerta, sobre a identidade étnica da referida comunidade.

Siqueira comentou ainda: "Nota-se que o conteúdo do documento que embasa a decisão do

CONT.



magistrado apresenta uma dubiedade que é própria das manifestações jurídicas de tradição brasileira porém, inconsistente, pois é evasiva e até confusa quanto aos fatos abordados. Note que num trecho do documento a identidade quilombola é colocada em dúvida, mas, logo em seguida, ele cita a existência do processo em trâmite na AGU referente à titulação da referida comunidade, o que se pode depreender com isso que ele, como operador do direito e um agente do judiciário, deveria, com base nesse fato, estar ciente que a identidade quilombola da comunidade já fora admitida pelo Estado brasileiro”, analisou.

João Siqueira continuou: “O juiz está não somente recorrendo à usual estratégia da dilação probatória, mas, também, reificando uma das principais características do direito brasileiro. A saber, a abstração”.

Em 2012, João Siqueira defendeu tese de doutorado com o título “Tambor dos Pretos: processos sociais e diferenciação étnica no rio Jaú, Amazonas”, pela Universidade Federal Fluminense.

Autor do livro “Do rio dos Pretos ao Quilombo do Tambor”, o antropólogo Emmanuel de Almeida Farias Júnior comparou a decisão de Ricardo Sales com a tomada pelo juiz Airton Portela, do Pará.

“Essa decisão do juiz federal do Amazonas coincide com o momento que está ocorrendo. Em Santarém, a Funai reconheceu os indígenas, mas o juiz diz que eles não são. Se grupos dizem que são quilombolas ou índios, eles são. Têm leis que garantem isso. O que os que questionam isso querem? Que mais elementos os juízes querem? Que se faça DNA? Ou que alguém chegue e diga que eles não são?”, afirmou Farias Júnior.

Em dezembro passado, o juiz Airton Portela declarou como inexistente a Terra Indígena Maró, em Santarém (PA), mesmo que a área já tenha sido reconhecida pela Funai (Fundação Nacional do Índio). Segundo Airton Portela, os indígenas da etnia Borari-Arapium são ribeirinhos. Assim, o juiz determinou que a União e a Funai deixem de declarar os limites da terra indígena e de todos os procedimentos para demarcá-la.

Emmanuel de Almeida Farias Júnior diz que duvida que o juiz tenha lido o seu livro, anexado na ação do MPF, ou outro estudo atestando a presença de quilombolas no Tambor.

A reportagem da Amazônia Real teve acesso ao processo completo sobre o caso e viu que, nas petições anexadas às respostas enviadas pelo ICMBio, há um estudo de 2009 onde o órgão ambiental questiona a identidade quilombola do Tambor, e cita pesquisas do historiador Victor Leonardi, estudioso na área do rio Jaú, onde ele nega que a região é habitada por quilombolas, apenas por ribeirinhos.

Fonte: <http://amazoniareal.com.br/>

Índigenas acusam Ufopa de quebrar acordo e querem nova avaliação do processo seletivo

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.02.2015



Em O Estado do Tapajós

Indígenas Munduruku, Wai-Wai e de outras etnias, que se inscreveram para o PSE 2015 – Processo Seletivo Especial, da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), foram surpreendidos com a mudança que a instituição fez na avaliação, contrariando acordo que havia sido feito com as lideranças indígenas para que estas autorizassem a participação de candidatos das suas aldeias na seleção. Por isso, segundo líderes indígenas ouvidos por O Estado do Tapajós, a maioria dos índios que moram e estudam nas tribos, no sudoeste e noroeste do Pará, disputou as quotas em desvantagem com outros indígenas que moram em comunidades rurais e até mesmo em cidades, como Santarém, Jacareacanga e Itaituba.

De acordo com Hans Kabar Munduruku, liderança dos Munduruku, havia sido acordado pela Ufopa com as lideranças indígenas, em outubro do ano passado, que a prova constaria de redação e entrevista com os candidatos. No entanto, na prova escrita, também constaram questões de interpretação de texto, tudo em língua portuguesa, o que dificultou a compreensão dos indígenas aldeados que falam somente a língua nativa. Dos 365 candidatos inscritos para prestar o exame em Santarém, Jacareacanga e Oriximiná, apenas 8 indígenas aldeados foram classificados para a segunda fase, um número bem inferior ao que ocorreu em anos anteriores.

CONT.



“Os indígenas que fizeram a prova do PSE 2015 estão muito confusos com o resultado dessa seleção, porque antes de acontecer, o pessoal da Ufopa esteve em Jacareacanga onde ficou acertado que os indígenas fariam uma prova escrita de redação e posteriormente, os que fossem aprovados passariam por uma entrevista. Mas, para surpresa de todos, além de redação a prova tinha questões de interpretação de texto. Os indígenas da aldeia não têm muito domínio da língua portuguesa e como a prova foi muito técnica, eles tiveram muita dificuldade para responder. Então, queremos explicações sobre o motivo dessa mudança”, declarou Hans Kabar Munduruku.

Representante de doze povos indígenas da região, o CITA (Conselho Indígena Tapajós Arapiuns) protocolou documento na secretaria da Pró-reitoria de Ensino da Ufopa, na última sexta-feira (13) pedindo explicações sobre a forma como ocorreu a correção das avaliações do PSE 2015, pois a maioria dos indígenas aldeados e falantes de suas línguas nativas não foram classificados para a próxima fase (entrevistas) que acontece nesta sexta-feira(20).

Para o CITA, o baixo número de aprovações na prova escrita mostra que houve falha no processo avaliativo. Assim sendo, o Conselho requereu uma nova avaliação ou nova correção das provas. “A não realização do que requer a entidade vai configurar quebra do acordo firmado junto às lideranças para realização de tal processo”, diz o documento.

O CITA considera que o processo seletivo especial é uma grande conquista para o movimento indígena organizado, pois foi criado para permitir o acesso e permanência diferenciada aos indígenas que têm pouco acesso ao ensino superior, principalmente os aldeados, mas quando a Ufopa cria dificuldades para o ingresso dos indígenas, surgem dúvidas quanto à finalidade do PSE.

Segundo informações de Hans Kabar Mundurucu, apenas quatro índios Munduruku e quatro Wai-Wai foram aprovados para a fase de entrevistas em 2015. No PSE 2014, foram aprovados 14 de cada etnia. A liderança indígena lamenta a mudança na metodologia da avaliação do PSE porque segundo ele, os índios que moram na cidade e tem contato frequente com a língua portuguesa têm mais possibilidade de aprovação, enquanto os aldeados, ficam em desvantagem até pela qualidade da educação que deixa a desejar.

“Enquanto os índios que moram na cidade estudam no ensino regular, têm acesso a bibliotecas e internet, os índios aldeados cursam o ensino modular e só tem a rádio nacional da Amazônia como fonte de informação. Isso faz muita diferença na avaliação do PSE. Os nossos indígenas que vivem aldeados e que teriam maior possibilidade de voltar formados para suas aldeias para contribuir na formação de seus parentes foram prejudicados com essa mudança na avaliação”, disse Hans Kabar Mundurucu.

A Ufopa ainda não prestou as informações requeridas pelo CITA, nem comunicou oficialmente se as entrevistas agendadas para esta sexta-feira com os indígenas aprovados serão mantidas para esta data.

CONT.



Atualização:

Prova de interpretação de texto está prevista no edital do PSE Indígena, afirma Ufopa

Em nota enviada à redação de O Estado do Tapajós, a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) afirma que o edital que rege o Processo Seletivo Especial 2015 Indígena, faz menção a prova de leitura e interpretação de texto, como parte da primeira etapa de caráter classificatório.

De acordo com a Ufopa, não houve quebra de acordo como alega a liderança Mundurucu, Hans Kabar Mundurucu, que em entrevista à reportagem de O Estado disse que técnicos da instituição teriam dado garantia aos indígenas que a prova seria tão somente de redação e entrevistas.

Ainda de acordo com Hans Kabar Mundurucu, a prova de interpretação de textos prejudicou os indígenas aldeados que não têm domínio da língua portuguesa, ocasionando baixo índice de aprovação em relação ao PSE 2014, apesar do número de inscritos para o certame de 2015 ter sido muito maior.

Por causa do baixo número de classificados para a etapa de entrevistas, que começa hoje (20.02), o CITA – Conselho Indígena Tapajós Arapiuns protocolou junto à Proen (Pró-Reitoria de Ensino), pedido de informações sobre a avaliação, realização de uma nova avaliação ou nova correção. O pedido, de acordo com a nota enviada ao jornal, está em análise.

Nota sobre PSE 2015 para o jornal O ESTADO DO TAPAJÓS

Com relação ao documento protocolado na PROEN, solicitando explicações sobre mudança no formato da avaliação escrita do PSE 2015, a UFOPA esclarece que:

1. Todos os critérios de avaliação adotados no Processo Seletivo Especial 2015 foram estabelecidos e relacionados no edital nº 21 do Processo Seletivo Especial 2015 Indígena, publicado no sítio da UFOPA na Internet. No documento ficou esclarecido que o Processo Seletivo Especial 2015 Indígena da UFOPA ocorreria em duas etapas, ambas de caráter classificatório e eliminatório. A primeira consistiria de prova de leitura e de interpretação de textos. Já a segunda etapa consistiria de entrevista e análise do histórico escolar do ensino médio dos candidatos não eliminados na primeira fase.

2. Destaca-se ainda que, antes da publicação do edital, a UFOPA realizou, em novembro de 2014, nos municípios de Jacareacanga, Oriximiná e Santarém, o I Seminário Descentralizado do Processo Seletivo Especial (PSE) da UFOPA. Os eventos reuniram diversos representantes e lideranças negras e indígenas da região e propiciaram uma ampla discussão sobre o ingresso diferenciado para os cursos regulares de graduação da Universidade, inclusive sobre os critérios a serem adotados nas provas do PSE.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 31/2015

Brasília, 20 de fevereiro de 2015.

3. Sobre os questionamentos do CITA, a UFOPA está avaliando o documento protocolado e deverá responder ao demandante em tempo hábil, conforme o prazo para recursos previsto no edital, de forma que não haja prejuízo para o processo de habilitação e matrícula.

Foto: Hans Kabar Munduruku

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Florêncio Vaz.



Adeus aos índios e à biodiversidade

SÍTIO ISA, 20.02.2015

Washington Novaes - O Estado de S.Paulo

Sai década, entra década e não mudamos. Nosso mundo institucional continua cego e surdo ao que convenções e tratados, além de relatórios de pesquisadores, têm dito: a biodiversidade é um dos bens mais decisivos; sem ela, não só perderíamos a possibilidade de manutenção e reposição das espécies, como afetaríamos tudo o que está ao redor - bens naturais, recursos hídricos, regime do clima. E depois da Convenção da Biodiversidade (ONU), da qual o Brasil é signatário (1992), vários outros documentos têm enfatizado que o caminho mais eficaz para a conservação da biodiversidade está nas reservas indígenas, mais eficazes até que reservas, parques e outras áreas protegidas.

Parece que nada disso existe. A Câmara dos Deputados aprovou - e vai ao Senado - emenda ao substitutivo do ruralista Alceu Moreira (PMDB-RS) para o projeto de lei do Executivo (7.735/2014) que facilita o acesso de pesquisadores e de empresas aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e agrobiodiversidade, sem "consentimento prévio informado", ao contrário do que se pensara exigir. E isso é fruto de acordo para permitir maiores ganhos a indústrias farmacêuticas e de cosméticos, além de agroindústrias - com prejuízos para povos e/ou grupos que detêm esses conhecimentos, principalmente grupos indígenas. Para ficar mais claro: em certos casos, basta uma palavra para abrir à apropriação de terceiros esses conhecimentos - basta, por exemplo, chegar a um grupo indígena e ouvir de um de seus membros que esta ou aquela planta ali é usada tradicionalmente para tratar desta ou daquela doença. Sem precisar de "consentimento prévio informado" e de pagar.

Isso também anula em parte o reconhecimento do papel fundamental de índios e comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade de vegetais, animais, micro-organismos, óleos, resinas, frutos da floresta. E dificulta que o Brasil venha a ratificar a Convenção de Nagoya, de 2010, que protege esses conhecimentos e exigiria o "consentimento prévio" às informações e a "repartição justa e equitativa" da exploração. Mas no substitutivo aprovado - que teve manifestação contrária da Fundação Nacional do Índio - substituiu-se esse "consentimento prévio informado" por "anuência prévia", além de substituir "poder de decisão" por "participar da tomada decisões".

Não bastasse, o presidente da Câmara dos Deputados confirmou (Instituto SocioAmbiental, 5/2) que será desarquivada, a pedido da bancada ruralista, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, que transfere do governo federal (Funai) para o Congresso a última palavra sobre a oficialização e demarcação de terras indígenas, unidades de conservação e territórios quilombolas. Os índios podem perder, por essa nova via, o que a própria

CONT.



Constituição de 1988 lhes assegurou. Mas acata-se a visão da ministra da Agricultura, Kátia Abreu, segundo quem a PEC 215 "não é risco", já que "os índios saíram da floresta e passaram a descer para áreas de produção".

Por que, então, não continuar desmatando na Amazônia e no Cerrado, principalmente? Por que não expandir as pastagens, embora apenas 40% dessas pastagens (Amazonia.org.br - Radiografia das Pastagens, estudo conjunto com a Universidade Federal de Goiás e a Secretaria de Assuntos Estratégicos do Paraná) estejam "em boas condições" e 12% sejam "vulneráveis a uma seca prolongada"? Em geral, afirma o estudo, a gestão dessas pastagens é "ineficiente" e a média ali é de apenas uma rês por hectare (fora do Brasil a média chega a seis cabeças por hectare). E só no Cerrado já são 700 mil quilômetros quadrados de pastagens. Ao todo, o Brasil tem mais de 210 milhões de cabeças de gado bovino em 160 milhões de hectares de pastagens.

Um dos produtos finais desse processo está nas taxas de desmatamento da Amazônia (embora em 2014 tenham diminuído 83% em relação a 2012). Entre 1988 e 2012 foram 15.871 quilômetros quadrados médios por ano; de 2004 a 2012, 4.571 quilômetros quadrados (Painel de Indicadores Ambientais, Ministério do Meio Ambiente, 19/12/14). Mas o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) lembra que em 2013 elas aumentaram 28%.

E que importância tem tudo isso - pensarão os defensores da PEC 215 - na questão dos recursos hídricos, que hoje estão no centro dos nossos dramas? Principalmente no Cerrado, onde o desmatamento e a impermeabilização dificultam a infiltração de água no subsolo, onde nascem rios que correm para as três grandes bacias brasileiras. Só lhes importa dizer que a agropecuária responde por mais de 20% do PIB brasileiro, gera mais de R\$ 1,1 trilhão, e a pecuária produz 30% disso tudo, ante 70% da agricultura (Mapa, 29/12/14). Como se não houvesse outras graves questões a ser também consideradas.

Satélites artificiais não estão detectando mais de 4 mil focos de queimadas em áreas de vegetação (IGDNews, 4/2/15), o número mais elevado desde maio de 1999? Mas importante, para os defensores do economicismo à outrance, seria lembrar apenas que vamos criar em 2015, em mais 2,2 milhões de hectares amazônicos, novos projetos de exploração de florestas públicas - embora muitas das que já foram implantadas tenham sido processadas pelo Ibama e outros órgãos por extração de madeira muito além dos limites permitidos. Afinal, argumentam os defensores desses caminhos, o Brasil precisa produzir mais madeira, ainda que já tenhamos ultrapassado o milhão de metros cúbicos anuais (só no que é vistoriado e controlado).

E não bastasse, cuida-se também da liberação de variedades transgênicas de eucalipto. Talvez os pais da ideia devessem conversar com proprietários no Cerrado que lamentam haver entrado por esse caminho, que tem levado ao desaparecimento de nascentes - pois não se tem estudos sobre o ciclo hidrológico completo do eucalipto, que chega a 30 anos, para saber qual é o uso total de recursos hídricos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 31/2015

Brasília, 20 de fevereiro de 2015.

*Washington Novaes é jornalista. E-mail: wlrnovaes@uol.com.br

OESP, 20/02/2015, Espaço aberto, p. A2

<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,adeus-aos-indios-e-a-biodiversidade-imp-,1636896>

Governadora fala de desenvolvimento durante abertura do Ano Legislativo

SÍTIO BV NEWS, 20.02.2015

A mensagem governamental mostrou uma radiografia do governo estadual e as propostas da atual gestão



Suely Campos revelou a situação econômica do Estado e adiantou as medidas adotadas nos primeiros dias de governo

“Damos hoje mais um passo para tornar Roraima um estado próspero e de justiça social”. Com esse foco a governadora Suely Campos abriu a sétima legislatura da Assembleia Legislativa de Roraima, na manhã desta quinta-feira, dia 19, na presença dos 24 deputados estaduais, deputados federais, autoridades e sociedade em geral.

Conforme ela, a presença da chefe do Executivo estadual na Casa Legislativa demonstra a disposição do Governo em atuar em parceria com todas as instituições para reerguer Roraima. “Estamos começando um mandato que nos foi confiado pela população de Roraima com a certeza de que trabalharemos incansavelmente para realizar um bom governo. Vamos fazer uma revolução em todas as áreas para melhorar a qualidade de vida da nossa população”, disse a governadora.

Na mensagem, ela apontou as dívidas deixadas pela gestão anterior, na ordem aproximada de

CONT.



R\$ 2 bilhões, comprometendo mensalmente R\$ 17 milhões do orçamento do Governo, que para o exercício de 2015 ficou em pouco mais de R\$ 3 bilhões. "Nos primeiros 50 dias de Governo adotamos ações para cumprir as prioridades na Saúde, na Educação, na Ação Social e no Sistema Prisional", enfatizou Suely Campos.

E destacou: "Temos um longo caminho pela frente. Precisamos reorganizar o Estado e colocar em prática todo o planejamento traçado para o período de 2015 a 2018 e é fundamental que o Legislativo seja parceiro do Executivo, mantendo uma relação harmônica e independente, focada em bem servir aos interesses institucionais do estado e da população, que chega a quase 500 mil habitantes", frisou.

DESAFIOS – Para a governadora, o maior desafio atual é a aprovação do ZEE (Zoneamento Ecológico Econômico). "Estamos revisando o projeto para adequá-lo às normativas do Ministério do Meio Ambiente e logo encaminharemos para apreciação da Assembleia", disse Suely Campos ao acrescentar que este ano será analisado o Plano Plurianual para o quadriênio 2016 a 2019.

A partir do ZEE que serão definidas as áreas livres para plantações em escala empresarial, já que está inserida na política pública de desenvolvimento da atual gestão. Recentemente uma equipe de Governo visitou o município de Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, considerado um dos maiores pólos produtores de grãos, leite, suíno e gado, que contribuem para a elevação do PIB (Produto Interno Bruto) e, conseqüentemente, melhora o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). "Já estamos buscando caminhos para desenvolvermos o Estado de Roraima e melhorar a condição de vida da nossa população", enfatizou Suely.

Outro desafio apontado pela governadora foi a reestruturação da Educação. "Já começamos os reparos na estrutura física das escolas da rede estadual e também vamos implantar um novo projeto pedagógico e assim melhorar os indicadores educacionais", adiantou a governadora.

Na Saúde a governadora discorreu sobre os avanços conquistados nos primeiros meses de gestão. Segundo ela, as cirurgias eletivas foram retomadas no HGR (Hospital Geral de Roraima), como também no Hospital de Rorainópolis. "As obras de ampliação do HGR foram retomadas. Estão sendo construídos mais de 120 leitos de internação, 40 leitos de UTI. A previsão é que se conclua ainda este ano", informou.

Ela considera a ação social com um dos maiores desafios que serão conduzidos pela gestão. A reestruturação já começou com o cadastramento do Crédito Social, para garantir o benefício na ordem de R\$ 120 aos que precisam comprovadamente. A governadora quer reativar programas sociais, a exemplo do Habitarr, a fim de reduzir o déficit habitacional em Roraima.

"Para os povos indígenas vamos canalizar esforços para promover a auto-sustentabilidade das comunidades indígenas, por meio do fortalecimento e ampliação da produção agropecuária, com destaque para a criação de gado com projetos de melhoria genética e para o plantio de mandioca, que é a principal fonte de alimentação indígena", complementou Suely.

CONT.



Na Segurança, a governadora informou que o sistema terá maior atenção para se ter atuação mais eficiente na prevenção e no combate ao crime. "Mantivemos e vamos ampliar o programa Ronda no Bairro para aumentar a presença da Polícia Militar nas ruas e reduzir o tempo de resposta ao atendimento das ocorrências", disse.

O sistema prisional terá maiores investimentos. Conforme a governadora, a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo já passa por melhorias na estrutura física com a construção de uma cozinha e refeitório, além da recuperação dos alojamentos dos agentes penitenciários. As obras do presídio de Rorainópolis serão retomadas e os serviços médicos-odontológicos voltaram a ser oferecidos para a população carcerária e a alimentação de qualidade restabelecida.



Conferência «Herança Indígena, sabedoria que atravessa o Atlântico» aceita propostas de comunicação

SÍTIO DIÁRIO ONLINE ALGARVE, 20.02.2015

Está aberto, até dia 1 de março, o período de recepção de propostas de comunicação para a conferência «Herança Indígena, sabedoria que atravessa o Atlântico», que terá lugar no dia 17 de abril, na Universidade do Algarve (UALg).

Trata-se de uma organização dos alunos brasileiros da UAlg e da biblioteca universitária.

São aceites trabalhos, científicos ou de iniciação científica, que abordem e divulguem os diferentes aspetos da cultura dos povos indígenas do Brasil.

Os interessados pelo tema podem também contribuir, com o empréstimo de bibliografia e objetos, para o enriquecimento da exposição com o mesmo nome, que estará patente na biblioteca da Universidade do Algarve, entre 1 e 19 de abril.



Sai edital de consulta pública sobre poluição do Rio Gramame

SÍTIO PB AGORA, 20.02.2015

Foi publicado o edital de convocação do Ministério Público Federal na Paraíba para a consulta pública sobre a poluição do rio Gramame. A consulta será realizada em 16 de março de 2015, a partir das 13h30, na Escola Viva Olho do Tempo, situada na Rua Telegrafista Geral do Fagundes de Araújo, nº 10, em Gramame, João Pessoa (PB). A rua também é conhecida como Estrada Velha para Recife.

* [Confira a íntegra do edital](#)

Conforme o edital, a consulta pública terá como objetivo ouvir as indagações e demandas das comunidades afetadas pela poluição no rio Gramame e convocar os órgãos federais, estaduais e municipais encarregados da proteção do meio ambiente, recursos hídricos e outros aspectos da proteção do rio, além da Universidade Federal da Paraíba e da sociedade civil, para exporem as ações, estudos e discussões acerca dos impactos causados pela poluição das águas sobre as comunidades ao longo do rio.

Tramita no Ministério Público Federal o Inquérito Civil n.º 1.24.000.000257/2007-59 que trata do despejo de produtos químicos no leito do rio Gramame e os impactos produzidos por essa agressão sobre as comunidades que se situam em seu entorno, em especial a comunidade indígena tabajara, a comunidade Mituaçu, remanescente de quilombo e as comunidades de pescadores.

Assessoria de Comunicação.

Projeto oferece serviços jurídicos e de saúde às comunidades ribeirinhas

SÍTIO GLOBO.COM, 20.02.2015

Moradores receberão atendimento social, odontológico e outros.

No total, 36 comunidades devem ser atendidas pelo 'Ribeirinho Cidadão'.



Serviços jurídicos, sociais e atendimentos médicos serão oferecidos aos moradores (Foto: Assessoria/Corregedoria Geral de Justiça MT)

Desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), em parceria com a Defensoria Pública do Estado e outros parceiros, o projeto 'Ribeirinho Cidadão' deve oferecer atendimento jurídico, de saúde e social às comunidades ribeirinhas do estado. No total, 36 comunidades devem ser atendidas durante a execução do projeto nos municípios de Barão de Melgaço, Poconé e Santo Antônio do Leverger.

Em sua 8ª edição, o projeto proporciona aos ribeirinhos uma série de serviços. Na área da saúde por exemplo, além de consultas médicas, atendimentos odontológicos e oftalmológicos devem ser prestados às comunidades. Durante os 15 dias de execução do projeto, os

CONT.



moradores poderão ainda solicitar a emissão de documentos pessoais, cadastro em programas do governo, confecção de carteira do pescador e ainda tratar de assuntos na área jurídica, como divórcio ou reconhecimento de paternidade, por exemplo.

O projeto, que teve início nesta quinta-feira (19), em Barão de Melgaço, a 121 km de Cuiabá, deve se estender até o dia 6 de março, e contará com duas etapas: uma fluvial e outra terrestre. Na primeira etapa, a caravana composta por 57 profissionais de diversas áreas percorrerá os rios da região pantaneira em dois barcos equipados para atender a população.

O 'Ribeirinho Cidadão' deve percorrer nesta etapa cerca de 100 km. Já na etapa terrestre, os profissionais devem ficar em um ponto fixo para atender as comunidades.



Projeto Ribeirinho Cidadão: Ribeirinhos de três municípios terão carteira de trabalho
SÍTIO OLHAR DIRETO, 20.02.2015

Da Redação - Stéfanie Medeiros

Lançado nesta quinta-feira (19), o projeto Ribeirinho Cidadão tem como objetivo expedir carteiras de trabalho para os trabalhadores destas comunidades. Com isto em mente, funcionários do Sistema Nacional de Empregos de Mato Grosso (Sine-MT) percorrerão diversas comunidades ribeirinhas em 13 dias.

Sob a coordenação do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, o projeto visa atender as comunidades que vivem às margens dos rios Cuiabá e São Lourenço, nos municípios de Poconé, Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço. No ano passado, cerca de 200 foram expedidas. Confira abaixo o cronograma do projeto:

Município de Barão de Melgaço- parte fluvial

Dia 19/02/2.015 – Quinta Feira.

10h às 18h – Atendimento na cidade de Barão de Melgaço, compreendendo as Comunidades de Praia dos Bois, Volta do Poço; Pernoite em Barão de Melgaço.

Dia 20/02/2.015 – Sexta-Feira.

07h às 12h – Atendimento em Barão de Melgaço;

12h30 – Deslocamento para Estirão Comprido.

14h às 19h – Atendimento em Estirão Comprido compreendendo as Comunidades de Porto São João, Porto Brandão e Flechas.

20h – Deslocamento para a Comunidade de Cuiabá Mirim, pernoite em Cuiabá-Mirim.

Dia 21/02/2.015 – Sábado

7h às 11h30 – Atendimento na Comunidade de Cuiabá Mirim compreendendo as Comunidades de Conchas, Porto Emiliano e Curutuba.

12h às 19h – Deslocamento para Sardinheira e São Pedro de Joselândia.

Dia 22/02/2.015 – Domingo.

7h às 18h - Atendimento em São Pedro de Joselândia, compreendendo as Comunidades de Retiro São Bento, Pimenteira, lagoa do Algodão, Porto da Fazenda, Correr d'água, Porto do Limoeiro e São Pedro.

Dia 23/02/2.015 – Segunda-feira

7h as 12h – Atendimento em São Pedro de Joselândia.

16:00 - Deslocamento para Fazenda São João.

Dia 24/02/2015 – Terça-Feira

8h às 12h - Atendimento na Fazenda São João.

14h - Deslocamento para a Ilha Camargo.

CONT.



Dia 25/02/2015 – Quarta-Feira

9h às 17h – Atendimento na Pousada Arara Azul, compreendendo as Comunidades de Engesa, Tripoloni, Dona Rica, Trese e Arara Azul.

18h - Deslocamento para Porto Cercado.

Dia 26/02/2015 – Quinta-Feira

Deslocamento para Porto Cercado e pernoite em Porto Cercado.

Município de Poconé - parte terrestre

Dia 27/02/2015 – Sexta-Feira

08h às 09h – Apresentação do Projeto e dos dados às autoridades presentes;

08h 18h - Atendimento a população;

10h – Deslocamento para o Hotel SESC Pantanal, visitação nas instalações e apresentação de projetos ambientais pela coordenadoria do SESC.

Dia 28/02/2015 – Sábado

08h às 12h – Atendimento em Poconé.

14h – Deslocamento via terrestre para Cuiabá.

Município de Santo Antônio de Leverger- parte terrestre

Dia 02/03/2015 – Segunda-Feira

6h às 9h – Deslocamento terrestre para o Assentamento Pontal do Glória.

12h às 18h – Atendimento no Assentamento Pontal do Glória.

18h - Deslocamento para Agrovila de Palmeiras e pernoite.

Dia 03/03/2015 – Terça-Feira

8h às 18h – Atendimento em Agrovila de Palmeiras. Pernoite.

Dia 04/03/2015 – Quarta-Feira

08h às 12h Deslocamento terrestre, para Fátima de São Lourenço.

14h às 18h – Atendimento no Distrito de Fátima de São Lourenço. Deslocamento para o Assentamento Pau D`alho. Pernoite, atendendo o Município de Juscimeira.

Dia 05/03/2015 – Quinta-Feira

8h às 17h – Deslocamento para Mimoso.

Dia 06/03/2015 – Sexta-feira

08h às 16h- Atendimento em Mimoso. Encerramento, retorno para Cuiabá.

Codevasf faz diagnóstico de piscicultura em quase 5 mil tanques-rede

SÍTIO PORTAL BRASIL, 20.02.2015

Total de 4.864 tanques-rede se distribuem em sete cidades com produção estimada em 554 toneladas de pescado mensais



Apoio da Codevasf à piscicultura em tanques-rede no reservatório teve início nos anos 2000 e gerou centenas de empregos para pescadores e agricultores ribeirinhos

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) publicou um relatório com dados de 2013 sobre a distribuição de áreas e de produtores de pescado em tanques-rede, volume de produção, preço médio e rentabilidade da criação de peixes, entre outras informações que dão uma dimensão do funcionamento da cadeia produtiva na região.

O apoio da Codevasf à piscicultura em tanques-rede no reservatório teve início nos anos 2000 e, desde então, já gerou centenas de empregos para pescadores e agricultores ribeirinhos.

O trabalho foi conduzido pela equipe do Escritório de Apoio Técnico de Morada Nova de Minas. De 22 de maio a 1º de julho de 2013, foram realizadas visitas às estações de piscicultura, período em que foram levantados, entre outros, dados sobre questões administrativas, comerciais, produtivas, de manejo e sanitárias.

O zootecnista Antonio Jessey, analista em desenvolvimento regional da Codevasf que acompanhou o processo, explica que a publicação é voltada ao setor governamental, que poderá gerar políticas públicas de forma a impulsionar e fiscalizar o setor; a empresas e produtores, que poderão ter dados históricos para expandir suas atividades e trazer seus negócios à região; e, finalmente, aos acadêmicos, que, de posse das informações divulgadas, poderão complementar suas pesquisas científicas.

"A importância desse documento está justamente em condensar e organizar esses dados de forma que possam ser usados de maneira prática. Outro ponto importante é que, com esse relatório e outros que virão posteriormente, seremos capazes de traçar um histórico da aquicultura em tanques-rede no reservatório de Três Marias, observar o crescimento ou retração desse setor na região ao longo de um período e estimar um quadro futuro de como estará a atividade daqui a dez anos, por exemplo", completa o analista.

O chefe da Unidade de Desenvolvimento Territorial da Codevasf em Minas Gerais, Alex Demier,

CONT.



reforça que “o censo aquícola tem a intenção de levantar informações para serem utilizadas por parte das entidades de diversas áreas de atuação, como ferramenta para tomada de decisão, ordenamento da atividade e planejamento estratégico.”

De acordo com o levantamento de 2013, um total de 4.864 tanques-rede estão distribuídos em sete municípios – Morada Nova de Minas, Felixlândia, Três Marias, Abaeté, Pompeu, São Gonçalo do Abaré e Biquinhas –, com produção estimada em 554 toneladas de pescado mensais e 6,6 mil toneladas anuais. O preço médio do quilo de peixe eviscerado praticado nos municípios pesquisados, no período, foi de R\$ 6,19, enquanto o preço médio do quilo do filé de peixe foi de R\$ 18,47.

“Consideramos esse resultado muito positivo. A produção de pescado em tanques-rede no reservatório de Três Marias é bastante nova, iniciada por volta de 2001, com unidades de demonstração e projetos de capacitação trazidos pela 1ª Superintendência Regional da Codevasf, com sede em Montes Claros. Quase 15 anos depois, observamos que a atividade, além de estar consolidada, também é umas das principais geradoras de recursos e de empregos”, observa Jessey.

Os exemplares do relatório do censo aquícola do reservatório de Três Marias têm número limitado e serão distribuídos a órgãos e entidades governamentais, instituições de ensino, bibliotecas, empresas privadas e produtores.

Fonte: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.



DSEI Médio Rio Purus realiza II Oficina de Acolhimento

SÍTIO PORTAL SAÚDE, 20.02.2015

O Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Médio Rio Purus, com sede no município de Lábrea (AM), promoveu uma semana de atividades com os 130 colaboradores da unidade, durante a II Oficina de Acolhimento do DSEI Médio Rio Purus. A ação aconteceu entre os dias 10 e 13 e teve como objetivo promover a socialização dos novos colaboradores do distrito, integrando os profissionais que atuam nos três municípios que integram a área de abrangência do DSEI: Lábrea, Canutama e Tapauá.

Durante os quatro dias, os trabalhadores do DSEI discutiram o Plano de Trabalho para o ano de 2015, bem como avaliaram as ações realizadas em 2014. "Procuramos trabalhar o realinhamento das ações e atividades em conformidade com os programas do Ministério da Saúde", explica o coordenador do DSEI, Jeferson Caldas.

De acordo com ele, o acolhimento também foi um momento de apresentar os novos protocolos, fluxos e procedimentos da área Administrativa e dos diversos setores da área finalística visando a eficiência e eficácia dos processos de trabalho da sede nas Casas de Saúde Indígena (Casai) e nos Polos Base, "para melhorar as metas e os resultados esperados por setores e colaboradores".

Presidente da Feira Indígena reclama de descaso por parte do prefeito

SÍTIO CAPITAL NEWS, 20.02.2015

A presidente da Feira Indígena, Senhora Vanda de Albuquerque, 48, relatou a reportagem do Capital News na manhã desta sexta-feira (20), sobre um possível descaso do prefeito Gilmar Olarte com índios que trabalham na Praça do Indígena, em frente ao Mercado Municipal. Segundo a presidente, o prefeito disse a mesma que iria paralisar as obras de revitalização da praça por falta de verba. "Primeiro ele disse que até esta quarta-feira (18) eles iam começar a cercar, e como você tá vendo, até agora nada, depois eles falaram que ele não tem dinheiro para continuar a reforma", explica.



Vanda Albuquerque, presidente da Feira Indígena reclama de paralização na obras da praça
Foto: Deurico/Capital News

Vanda também comentou que não consegue um horário para conversar com o prefeito e expor suas necessidades, e que quando conversa com o assessor responsável pelos assuntos indígenas, ele sempre dá respostas insatisfatórias. "Toda vez que a gente liga para o assessor, ele fala que não dá para o prefeito nos atender. Que ele anda nervoso e bravo, que a gente precisa ter calma e esperar. A gente não tem nada haver com ele estar nervoso ou bravo, a gente quer que as obras sejam feitas", afirma.

A indígena ainda finalizou afirmando que se as obras não forem iniciadas até segunda-feira (23), os índios irão começar um protesto. "Não dá mais para ficar esperando; entra e sai prefeito e continua a mesma coisa. Se não começarem a mexer na segunda nós vamos fazer um protesto". Vanda disse que ainda não sabe exatamente como vai ser a manifestação, se caso for necessário. "Nós ainda estamos nos organizando para ver o que vamos fazer", conclui a presidente.

Na assessoria da prefeitura, não conseguimos contato com o prefeito, porém o assessor responsável afirmou que o acesso a Gilmar Olarte é aberto para qualquer cidadão, e que pode ser feito no gabinete do prefeito, no setor comunitário, onde a pessoa marca uma hora para ser atendida, ou conforme a agenda de Olarte, pode até ser atendido na hora.

A reportagem ainda está aguardando a resposta da assessoria da Seintrha, uma vez que não é possível agendar horários com o secretário Valtemir Brito até o início da semana que vem.

CONT.



Motivo da pressa:

No dia 23 de janeiro a equipe do Capital News foi até o local para saber do andamento das obras e conheceu a Senhora Vanda de Albuquerque, que relatou a equipe o medo que as indígenas sentiam em trabalhar no local. "Nós estamos brigando por isso (revitalização da praça) faz tempo. Com a cerca nós ficaremos mais protegidos, longe dos viciados que passam o dia todo aqui, e dormem também. De manhã, quando nós chegamos, eles estão jogados aí. É muito perigoso, principalmente para as mulheres".



Jogos Mundiais Indígenas têm apoio de diplomatas brasileiros

SÍTIO BRASIL 247, 20.02.2015

Os ministros do Esporte, George Hilton, e o das Relações Exteriores, Mauro Vieira, definiram nessa quinta-feira, 19, uma cooperação do Corpo Diplomático brasileiro e as Embaixadas dos 30 países que irão participar dos Jogos Mundiais Indígenas; "Os Jogos Mundiais terão a beleza do espetáculo da competição e também o intercâmbio cultural de várias etnias de diversos países. O Itamaraty é fundamental para nós e acreditamos que os Jogos Mundiais indígenas serão um sucesso", disse o ministro George Hilton; Palmas recebe os jogos entre os dias 18 e 27 de setembro



O ministro do Esporte, George Hilton, se reuniu com o ministro das Relações Exteriores, o embaixador Mauro Vieira, nessa quinta-feira, 19, em Brasília, para tratar da primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas que acontece em setembro, em Palmas, com participação de etnias de 30 países.

Segundo o ministro Hilton, haverá uma cooperação do Corpo Diplomático brasileiro e as Embaixadas dos países que irão participar do evento serão convidadas para os Jogos.

"A parceria entre o Ministério do Esporte e o Itamaraty é importante para fortalecer não só o esporte, como elo entre os países, mas também na promoção da cultura. Os Jogos Mundiais terão a beleza do espetáculo da competição e também o intercâmbio cultural de várias etnias de diversos países. O Itamaraty é fundamental para nós e acreditamos que os Jogos Mundiais indígenas serão um sucesso", disse o ministro George Hilton.

Com o lema "Em 2015, somos todos indígenas", a primeira edição do evento será a celebração

CONT.



da cultura nativa, diversidade, arte e tradição, em 13 dias de evento, que vai de 18 a 27 de setembro.

Para George Hilton, os Jogos Mundiais são mais uma oportunidade para os brasileiros mostrarem a hospitalidade e as belezas do país. "O embaixador demonstrou que há por parte do Ministério das Relações Exteriores um interesse grande na disseminação da prática esportiva. Por entender que ela não é só importante para os jovens e atletas, mas também a aproximação entre os países. Como é a função do Itamaraty levar o nome do Brasil para além das fronteiras, o órgão enxerga nesses eventos uma grande chance de mostrar que o Brasil é um país hospitaleiro para receber os estrangeiros", completou.

A programação dos Jogos Mundiais conta com esportes indígenas, que se dividem em jogos tradicionais demonstrativos e jogos nativos de integração, além dos esportes ocidentais competitivos, que também tem a característica de unificação das etnias e povos indígenas.

"Palmas entra no clico dos mega-eventos"

Na sexta-feira, 13, George Hilton esteve em Palmas para acompanhar o andamento das obras que estão sendo executadas para os Jogos Mundiais Indígenas. O ministro foi recepcionado pelo prefeito Carlos Amastha (PP). Durante a visita, o ministro Hilton conheceu a estrutura do Estádio Nilton Santos, onde serão realizadas algumas das competições dos Jogos, e os espaços onde serão construídas a Arena Olímpica, a Vila Global e a Oca Digital. Nas localidades já estão sendo executados os serviços de terraplanagem. Na ocasião o Ministro também conferiu os projetos das instalações dos Jogos.

O ministro se mostrou otimista com o trabalho da Prefeitura da Capital, disse que vai acompanhar a execução das obras e acredita que tudo estará pronto em tempo hábil para o início do evento.

"Palmas entra para o circuito dos mega eventos do ministério do esporte. Esta capital é a única do país que receberá legados de três eventos mundiais: Copa, Olimpíadas e Jogos Mundiais Indígenas. Só Palmas conseguiu isso, e temos certeza de que vai conseguir muito mais", afirmou George Hilton. "Os Jogos deixarão um legado material, esportivo e imaterial, que é a visão da prática de esportes como forma de desenvolvimento social, e resgate dos nossos jovens de situações de vulnerabilidade", completou.

Jogos

Entre as modalidades dos Jogos Mundiais Indígenas estão tiro com arco e flecha; arremesso de lança; cabo de força; corrida de velocidade rústica, 100 metros; canoagem rústica tradicionais; corrida de tora; lutas corporais; futebol de campo, atletismo, natação e xikunahati (espécie de futebol, em que o chute só pode ser dado usando a cabeça).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 31/2015

Brasília, 20 de fevereiro de 2015.

Existe no Tocantins uma população aproximada de 10 mil indígenas. São indígenas de sete etnias: Krahô, Krahô Canela, Karajá, Karajá Xambioá, Apinajé, Xerente e Javaé. Eles se distribuem em mais de 82 aldeias, em municípios de todas as regiões do Estado.

Além das etnias do Brasil participarão outros aproximadamente 20 povos dos seguintes países: Canadá, EUA, México, Guatemala, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai, Guiana Francesa, Noruega, Rússia, Austrália, Japão, China e Filipinas.